

Associação de Classe dos Vendedores de Vinho e Seus Derivados do
Concelho de Évora



MINISTERIO

DAS

OBRAS PUBLICAS

COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO

DO

COMMERCIO

Nome da associação: Associação de classe dos
Vendedores de Vinho e seus derivados
do concelho d'Evora

Processo n.º 139

Caixa n.º 11

~~Evora~~ DOCUMENTOS RELATIVOS Á APPROVAÇÃO DOS ESTATUTOS

Entrada L.º 11 N.º 21/44

Alvará de 17 de fevereiro de 1912

Registo L.º 2.º Fl. 163

Diário do Governo n.º 119 de 22 de maio de 1912

~~Arquivo do~~ Arquivo do
1913



Ex^{mo} Sr.^o

Os abaixo assignados têm a hon-
ra de passar as mãos de V. Ex.^a o projecto
de estatutos da Associação de Classe dos Ven-
dedores de Vinho e seus derivados do Con-
celho d'Ivora, elaborados e approvados em
assembléa geral de 31 d'agosto, proximo fin-
do, a fim de receberem a digna appro-
vação de V. Ex.^a.

Saudé e fraternidade.

Ivora 22 de Setembro de 1911

Ex^{mo} Sr.^o Ministro do Fomento.

Jose Narciso
Fausto Gomes Mourao
Feliz Antonio
Antonio Band
Joaquim José Panaca
Antonio Antonio da Silva
Pedro Martirio Picalho

2-10

Serviço da Republica

12

18

25/4/11

Para as mãos de V. Ex.^a os finitos documentos e projecto
d'estatutos, porque pretende reger-se a Associação de
Classe dos ^{proprietários} Vendeadores de Vinho com sede n'esta cidade.
Não vejo inconveniente na approvação das referidas
estatutos.

Saudes e Fraternidade

Evora, 30 de setembro de 1911.

Ex.^{ma} Sr. Director Geral do Commercio
e Industria

*Seu muito Secretario Geral
O Official*

REPARTIÇÃO COMMERCIAL

ENTRADA

Em 2 OUT 1911

PROCESSO Nº
LIVRO

ANEXO Nº

11 731/

Alt

António Augusto da Silva



Projecto de Estatutos
da
Associação de Classe dos Vendedores de
Vinho e seus derivados
do
Concelho d'Evora

Capitulo I

Constituição e fins da Associação

Artigo 1º - É fundada em Evora uma associação de classe dos Vendedores de Vinho e seus derivados, e compõe-se de indeter-
minado numero de individuos, tanto na-
cionaes como estrangeiros, ~~maiores de~~
~~ouros de idade~~

Artigo 2º - A associação tem por fins o estudo e defesa
dos interesses economicos dos ~~seus~~ associados.

Artigo 3º - A associação podera crear sociedades de se-
curo mutuo, caixas de credito ou economicas,
cujos fins satisficam os interesses dos socios, e
bem mais crear uma cooperativa em harmonia
com o disposto no artigo 2º da Lei de 2 de
Junho de 1867.

Artigo 4º - O poder da associação reside na assembleia ge-
ral e ella delegaria annualmente na mesa da

mesma assembleia e nos corpos administrativos legalmente eleitos, os poderes necessarios para gerirem os negocios da mesma associacao.

Unico - Todos os cargos da associacao são obrigatorios durante um anno, e facultativos no seguinte, podendo mais tarde ser obrigados, caso eleito, a occupar qualques cargos.

Artigo 5º - A associacao usará um timbre oval contendo em volta o seu titulo e no centro a data da sua fundacao, e possuirá um estandarte de setim com igual legenda.

Artigo 6º - O anno administrativo da associacao principia no dia 1 de Janeiro e termina no dia 31 de Dezembro, e com esta data devem ser fechadas todas as contas nos seus livros.

Capitulo II

Admissao dos Socios

Artigo 7º - Para ser admittido socio é necessario:

1º - ~~Não ter mais de 18 annos de idade;~~

2º - Ter bom comportamento moral e civil.

Artigo 8º - Para ser admittido socio é necessario proposta assignada por um socio no gozo dos seus direitos, contendo nome, idade, naturalidade e estado, e se sabe ler e escrever.

Artigo 9º - Apresentada a proposta a Direcção

esta procederá ás devidas informações, e sendo estas favoráveis, participará ao Candidato, por escrito, a sua admisión. E em caso contrario procederá de igual forma com o proponente, communicando-lhe as razões que tiverem para não admittir o seu proposto.

~~Artigo 10º~~ Quando o proponente se não conformar com a resolução da Direcção, poderá recorrer d'ella para a assembleia geral, nos termos do nº 5 do Artº 12º d'estes estatutos, no prazo de 8 dias.

~~Artigo 11º - Os menores, segundo a lei civil, não podem fazer parte da associação com o consentimento de seus paes ou tutores.~~

Capitulo III

Deveres e Direitos dos Socios

Artigo 11º - Os socios tem os seguintes deveres:

- 1º - Pagar a quota mensal de 100 reis;
- 2º - Pagar todos os exemplares de estatutos;
- 3º - Aceitar os cargos para que foi eleito, não apresentando razões para a sua recusa;
- 4º - Obedecer solidario com todas as resoluções da ~~directoria~~, quando estas sejam legais;
- 5º - Acatar as deliberações legitimamente tomadas em assembleia geral;
- 6º - Promover o engrandecimento da associação no que



estiver ao seu alcance para os melhoramentos da classe em geral;

1º Cumprir estes estatutos e os regulamentos que forem approvados em assembly geral;

Artigo 12º Os socios depois de se desinscreverem, tendo pago os estatutos e respectivas quotas tem os seguintes direitos;

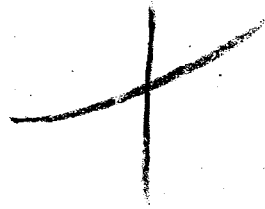
1º A gozar de todas as vantagens assignadas n'estes estatutos;

2º A fazer parte da assembly geral sendo ~~brasil, segundo a lei civil~~;

3º A ser elito para os cargos da associaçao se estiverem no gozo dos seus direitos civis e associativos;

4º A propor e discutir em assembly geral o que julgarem util para a classe, e votar para os cargos da associaçao estando nas condições dos nºs anteriores;

5º A requerer a convocação da assembly geral ~~de forma prevista conform a lei civil~~ em requerimentos assignados por 12 socios no gozo dos seus direitos, onde será exposto o fim da ~~reclamação~~ devida ser entregue ao Presidente da Mesa ou quem suas vezes fizer; A Assembly geral só tomará conhecimento do



extraordinariamente as vezes que for preciso.

Artigo 28º - Pertence ao Conselho fiscal:

- 1º - Examinar mensalmente as contas da diocese;
- 2º - Reclamar da diocese os da mesa da assembleia geral os documentos que lhe forem precisos para o bom desempenho do seu cargo;
- 3º - Nomear mensalmente um dos seus membros para assistir as reunioes da diocese;
- 4º - Apresentar o seu parecer sobre os actos da gerencia na epocha respectiva.

Summa - O Conselho fiscal e solidario com o acto da diocese quando não decline da sua responsabilidade perante a assembleia geral.

Capitulo VIII Das Eleicoes

Artigo 29º - As eleicoes para os cargos da associacao são feitas por escrutinio secreto da forma seguinte.

- 1º - Para a mesa da assembleia geral uma lista com ^{cinco} ~~seis~~ nomes designando o cargo de cada um; vide artº 18
- 2º - Para a diocese uma lista com sete nomes, designando igualmente o cargo de cada um;
- 3º - Para o Conselho fiscal uma lista com 5 nomes, sendo effectivo, e 4 supplementes para de



designação do cargo.

Sumário - São poderes dos eleitos os sócios que estejam no gozo dos seus direitos civis e associados, e que sejam cidadãos portugueses.

Artigo 30º - O exercício de todos os cargos é obrigatório por um anno.

Artigo 31º - A eleição é admissível com ou sem alteração, quando a assembleia geral assim o entender, e os eleitos queiram aceitar.

Artigo 32º - Para a eleição de cada um dos cargos exigir-se-ha no primeiro escrutínio a maioria absoluta, no segundo a bastanta e relativa; havendo empate decidir-se-ha a sorte.

Artigo 33º - Não são elegíveis para os cargos da associação os sócios que nella sejam empregados.

Artigo 34º - A mesa da assembleia geral que presidir à eleição, officiará aos sócios, participando-lhe o cargo para que foram eleitos; marcando-lhe hora e dia em que devem tomar posse, servindo-lhe o officio de diploma.

Sumário - Esta participação será expedida no prazo de 3 dias e a posse será dada até 8 dias



Requerimento quando na mesma se apresen-
te a maioria dos signatários, do contrário
ficará sem effecto a reunião.

Capítulo IV.

Penalidades

Artigo 13º São desmoltidas do Socio, perdendo o di-
reito ás quantias que tenham pago:

- 1º Os que se ataquem em 3 quotas, e sendo avi-
sados as não satisfizerem no prazo de 15 dias;
- 2º Os que mesmo depois de serem admittidos
como socios se prove não ter bom con-
portamento;
- 3º Os que forem condemnados em sentença
passada em julgado por crimes infamantes;
- 4º Os que comprometterem a sua Conduta pra-
ticando actos menos dignos, ou defrau-
darem os fundos da Associação;
- 5º Os que alliciarem socios para comprometterem
as deliberações legalmente tomadas, os que
faltarem á devida solidiedade da Classe e os
que promoverem desordens em reunião da
assembleia geral;
- 6º Os que descreditaarem a associação ou os
seus corpos gerentes accusando factos que não
possam provar;

Sumo - A applicação das penalidades marcadas nos W-1 e 2 são attribuições da Direcção; as penalidades restantes só são applicadas pela assembleia geral.

Capítulo V

Da Assembleia Geral

Artigo 14º - A assembleia geral é composta de todos os socios ~~de~~ no gozo dos seus direitos civis e que estejam em dia com o pagamento das suas quotas, convocados pelo seu presidente, ou por quem legalmente o substitua.

Sumo - A assembleia geral fulga-se legalmente constituida quando passada uma hora da indicada nos avisos, estejam presente 15 socios na primeira convocação; e na segunda deliberar com qualquer numero.

Artigo 15º - Das attribuições da assembleia geral:

1º - Eleger a mesa, direcção, e conselho fiscal;

2º - Nomear ou eleger as commissões ou delegações que forem precisas;

3º - Zelar pela observancia destes estatutos, regulamento interno e do bom andamento da associação.

4º - Resolver todas as questões que não



depois da eleição.

Capítulo IX

Resposições Gerais

Artigo 35º - A associação é completamente alheia a todos os assumptos políticos ou religiosos.

Summa - Serão nulas todas as resoluções tomadas em assembleia geral, para que esta não tenha sido especialmente convocada.

Artigo 36º - A admissão de uma proposta de reconsideração sobre deliberações anteriormente tomadas, só poderia ter lugar em assembleia geral especial, depois de previamente annunciada, estando presentes e abstenção da sessão o dobro dos sócios que tiverem approvado a resolução em questão. E para admissão e approvação deve ser votado a favor da reconsideração com mais um terço dos sócios que votaram a resolução anterior.

Artigo 37º - Serão socios fundadores, todos aquelles que se inscreverem até à approvação d'estes estatutos pela assembleia geral.

Summa - Os socios que saírem sem debito poderão ser readmittidos no prazo de um anno sem pagamento de estatutos, perdendo contudo o direito a fundadores.

X

Artigo 38º - A associação festeja anualmente o seu aniversário, podendo ~~nesta ocasião~~ ~~ser conferido~~ ~~o prêmio~~ ~~de~~ ~~danças~~ para as famílias dos sócios.

Artigo 39º - Em casos excepcionais a direção tomará imediatamente resolução sobre qualquer facto urgente, dando depois conta à assembléa geral na primeira sessão que se realizar.

Artigo 40º - A associação só será dissolvida quando tiver menos de 25 sócios, ou quando não possa satisfazer os seus encargos, ou ainda quando a maioria dos sócios assim o resolver.

Artigo 41º - Quando a associação seja dissolvida e depois de ter satisfeito os seus compromissos, o remanescente será entregue a uma casa de beneficência e insuportável de viandas optará a escolha de quem a associação resolver na última sessão que se realizar.

Artigo 42º - Este estatuto só poderá ser reformado quando a assembleia tenha provado as suas faltas procedendo proposta dos corpos gerentes, ou de 25 sócios no caso dos



Ministério do Fomento

SERVIÇO DA REPUBLICA

DIRECÇÃO GERAL
DO
COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do Commercio

97.º

João Lorr.

Conferencia me

18-11-1911

Intimas d. Res. em 22/11/11

*Com o requerimento junto pedires as fundado-
res de uma associação de classe, que, com a
denominação de Associação de Classe das
"Vendeadoras de Vinho e seus Derivados do Grão-
lho de S. Paulo", se pretenda fundar essa
Sociedade, a approvação dos estatutos da mes-
ma associação que apresentasse esse dupli-
cado.*

*Esta Repartição tendo verificado
que não existe outra associação de clas-
se com denominação idêntica e exami-
nado os referidos estatutos, é de parecer
que lhes pode ser concedida a approva-
ção depois de se fazerem as alterações
seguintes:*

1.º

*Artigo 1.º Substituir as palavras "Vendea-
dores de Derivados de colado" pelas palavras*

*Em 27 de Novembro de 1911 officio ao Governador
do Grão-Pará Districto de Caxias emiaudo - Me no
de autor para emiaudo.*

"maiores segundo a lei civil"

- 2.º -

Artigo 2.º Substituir as palavras "dos
seus associados" pelas palavras "com-
muns aos seus associados."

- 3.º -

Artigo 3.º Substituir as palavras "incuti-
go 2.º" etc etc, até ao fim do artigo,
pelas palavras "no fadigo (assessor-
cia)".

- 4.º -

Art. 1.º do Artigo 7.º Substituir pelo seguin-
te "e os maiores segundo a lei civil."

- 5.º -

Artigo 11.º Suprimir por motivo da
alteração do art. 1.º

- 6.º -

Art. 4.º do Artigo 11.º Substituir as palavras

"da Classe" pelas palavras "da associação"
N.º 6.º do mesmo Artigo. Substituir as pala-
vras "da classe em geral" pelas pala-
vras "comuns e associadas."

- 7.º -
Art. 2.º do Artigo 12.º Supprimir. As
palavras "se os maiores seguem a
lei civil!"

Art. 5.º do mesmo Artigo. Supprimir. As
as palavras "se forem maiores con-
fôrme a lei civil" e substituir. As pala-
vras "reclamação" pela palavra "re-
curso."

- 8.º -
Artigo 14.º Supprimir. As palavras "de
maior idade" por d'ellas poder depre-
hender. e que da associação podem
fazer parte individuos menores.

- 9.º -

Art. 1.º do Artigo 2.º: Transmissão do
corpo o artigo 1.º substituído "reis
nomes", por "cinco nomes"

- 10.º -

Artigo 38.º Supprimir: As pala-
bras "podendo se esta occasião de
etc, até ao fim do Artigo.

2.º Ex.º, porém, resolveria o seguinte
por melhor.

Repartição de Comércio, em
16 de Outubro de 1911.

J. G. da Repartição Anterior
Frederico Estling



Ministerio do Fomento

DIRECÇÃO GERAL
DO
COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do Commercio

97.º

SERVIÇO DA REPUBLICA

Nota das alterações a fazer no projecto do
estatuto da Associação de classe dos "Can-
deletes de Vinhos e seus Resíduos do Chan-
celho de Fmora", em virtude do despacho
de S.ª Gra.ª e off.º de S.ª Gra.ª de 19/11/1911.

- 1.º -

Artigo 1.º Substituir as palavras
"maiores de 18 annos de idade" pelas
palavras "maiores segundo a lei
civil".

- 2.º -

Artigo 2.º Substituir as palavras
"dos seus associados" pelas palavras
"correspondentes aos seus associados".

- 3.º -

Artigo 3.º Substituir as palavras "por-
tado 2.º" etc etc, attingim do artigo,
pelas palavras "no artigo sumen-
te".

- 4.º -

Art. 1.º do Artigo 1.º Substituir pelo
seguinte, "des maior segundo a
lei civil".

de f.º 1.º de 1911
na 1.ª sessão da Rep.

- 5.º -

Artigo 11.º Supprimir por motivo
da alteração sob n.º 1.º

- 6.º -

Art. 4.º do Artigo 11.º Substituir as
palavras "da classe" pelas pala-
bras "da Associação?"

Art. 6.º do mesmo artigo. Substituir
as palavras "da classe em geral"
pelas palavras "comunidades
associadas."

- 7.º -

Art. 2.º do Artigo 12.º Supprimir. Das
palavras "sendo maiores segun-
do a lei civil."

Art. 5.º do mesmo Artigo. Supprimir
as palavras "e fôr em maiores
confiança a lei civil" e substituir
a palavra "reclamação" pela
palavra "recurso."

- 8.º -

Artigo 14.º Supprimir. As palavras
"e maior idade" por d'elles poder
depreender. e que da Associação
podem fazer parte individuos

melhores.

— 9.º —

Art. 1.º do artigo 2.º Harmonisa as cases
o artigo 11.º substituindo "seis rases," por
"seis rases".

— 10.º —

Artigo 38.º Supprimiu as palavras
"podendo nesta occasião etc etc," até
ao fim do artigo.

Repartição do Commercio, em 25
de novembro de 1911.

O Chefe da Repartição Interino
Frederico Edling

Vendedores de vinho d'Evora

Art. 1.º Substituir-se as palavras maiores de 18 annos d'idade" pelas palavras "maiores segundo a lei civil"

Art. 2.º Substituir as palavras "dos seus associa- dos" pelas palavras "communs dos seus associa- dos"

Art. 3.º Substituir as palavras "no art. 2.º etc etc etc" até ao fim do art.º pelas palavras no bodegi commercial

n.º 1.º do art.º 4º substituir pelo seguinte "ser maior segundo a lei civil"

Art. 10 Supprimir por motivo da alteracao sob n.º 1

n.º 4.º do art.º 11 substituir as palavras "da classe" pelas palavras "da associacao"

n.º 6.º do mesmo art.º substituir as palavras "da classe em geral" pelas palavras "communs dos associados"

n.º 2.º do art.º 12 Suprimir-se as palavras "sendo maiores segundo a lei civil"

n.º 8.º do mesmo art.º Suprimir-se as palavras

"se forem maiores conforme a lei civil" e
~~n.º 1.º do memorando~~ substituir-se a
palavra "reclamadas" pela palavra "recusadas"

art. 14 suprimir-se as palavras "de maior
idade" por d'ellas poder deprehender-se
que as associações podem fazer parte indi-
viduos menores

9
n.º 1.º do art. 29 Harmonisal. com o art. 18 subste-
tuindo-se "seis nomes" por "cinco nomes"

18
art. 38 suprimir-se as palavras "podem
nesta occasião etc etc até ao fim do art.

Se forem

5000

Serviço da Republica

Com as alterações indicadas, no officio
de V. Ex.^a, nº 451 de 27 de Novembro porocimo findo,
devolvo os estatutos da associação de classe dos "Ven-
hedores de Vinhos e seus derivados do concelho d'En-
tra", acompanhados das folhas inutilizadas.

Saude e Fraternidade
Entra, 9 de Dezembro de 1911.

Ex.^{ma} Sr.^a Director Geral do
Commercio e Industria.

O Governador civil,

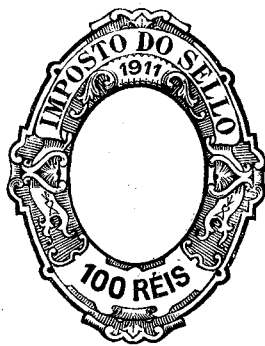
Antônio Paulino d'Almeida

REPARTIÇÃO DO COMMERCIO
ENTRADA

Em 12 DEZ 1911

Procedimento
Livro

Nº 31/11



Projecto de Estatutos
da
Associação de Classe dos Vendedores de
Vinho e seus derivados
do
Concelho d'Evora

Capítulo I

Constituição e fins da associação

- Artigo 1.º - É fundada em Evora uma associação de Classe dos Vendedores de Vinho e seus derivados, e compõe-se de indivíduos, tanto nacionais como estrangeiros, maiores segundo a lei civil.
- Artigo 2.º - A associação tem por fim o estudo e defesa dos interesses economicos communs dos seus associados.
- Artigo 3.º - A associação poderá crear sociedades de economia mutua, caixas de credito ou economicas, cujos fins satisficam os interesses dos socios, e bem mais crear uma cooperativa em harmonia com o disposto noCodigo Commercial.
- Artigo 4.º - O poder da associação reside na assemblea geral e ella delega annualmente na Mesa da

mesma assembleia e nos corpos administrativos legalmente eleitos, os poderes necessarios para gerirem os negocios da mesma associacão.

§ unico - Todos os cargos da associacão são obrigatorios durante um anno, e facultativos no seguinte, podendo mais tarde ser obrigados, caso eleito, a occupar qualquer cargo.

Artigo 5º - A associacão usará um timbre oval contendo em volta o seu titulo e no centro a data da sua fundacão, e possuirá um estandarte de setim com equal legenda.

Artigo 6º - O anno administrativo da associacão principia no dia 1 de Janeiro e termina no dia 31 de Dezembro, e com esta data devem ser fechadas todas as contas nos seus livros.

Capitulo II

Artigo 7º - ^{Admissão de socios} Para ser admittido socio é necessario:

1º - Ser maior segundo a lei civil.

2º - Ser bom e respeitavel moral e civil.

Artigo 8º - Para ser admittido socio é necessario proposta assignada por um socio no gozo dos seus direitos, contendo nome, idade, naturalidade e estado, e se sabe ler e escrever.

Artigo 9º - Apresentada a proposta a Direcção esta procederá ás de-

devidas informações, e, sendo estas favoráveis, participará ao Candidato, por escripto, a sua admissão. E em caso contrario procederá de igual forma com o proponente, communicando-lhe as razões que tiverem para não admitir o seu proposto.

Artigo 10º - Quando o proponente se não conformar com a resolução da Direcção poderá recorrer d'ella para a assembleia geral, nos termos do n.º 5 do artigo 1.º d'estes estatutos, no prazo de 8 dias.

Capitulo III

Deveres e direitos dos socios

Artigo 11º - Os socios terão os seguintes deveres.

1º - Pagar a quota mensal de 200 reis

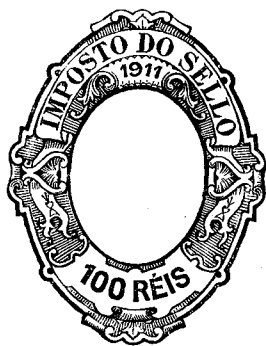
2º - Pagar 100 reis pelo seu exemplar de estatutos.

3º - Aceitar os cargos para que foi eleito, não apresentando razões para a sua recusa;

4º - Cooperar solidario com todas as reclamações da associação, quando estas sejam legítimas.

5º - Obedecer as deliberações legalmente tomadas em assembleia geral.

6º - Promover o engrandecimento da associação no que



estiver ao seu alcance para o melhoramento
commum dos associados.

1º Cumprir estes estatutos e os regulamen-
tos que forem approvados em assembleia geral.

Artigo 12º Os socios depois de 30 dias, ins-
criptos tendo pago os estatutos e respectivas quo-
tas terão os seguintes direitos;

1º A gozar de todas as vantagens consi-
gnadas n'estes estatutos.

2º A fazer parte da assembleia geral.

3º A ser eleitos para os cargos da
associação se estiverem no gozo dos
seus direitos civis e associativos.

4º A propor e discutir em assem-
bleia geral o que julgarem util para
a classe, e votar para os cargos da as-
sociação estando nas condições do
nº anterior.

5º A requerer a convocação da assem-
bleia geral, em requerimento assignado
por 12 socios no gozo dos seus direi-
tos, onde será exposto o fim da
reunião devendo ser entregue ao Pre-
sidente da Mesa ou quem duas vezes fizes,
a assembleia geral só tomará conhecimento do



requerimento quando na (mesma se apre-
sente a maioria dos signatários, do contrario
ficará sem effecto a reunião

Capitulo IV.

Penalidades

- Artigo 1.^o São demittidos de Socios, perdendo o di-
reito ás quantias que tenham pago:
- 1.^o Os que se abajarem em 3 quotas, e sendo
avisados as não satisfizerem no prazo de 15 dias;
 - 2.^o Os que mesmo depois de terem admettidos
como Socios se porem não ter bom em-
portamento;
 - 3.^o Os que forem condemnados em sentença
passada em julgado por crimes infamantes;
 - 4.^o Os que comprometterem a sua conduta
praticando accões menos dignas, e des-
fructuarem os fundos da associação;
 - 5.^o Os que alliciarem Socios para comprometterem
as deliberações legalmente tomadas, os que
faltarem á devida solidiedade da classe
e os que promoverem desordem em Re-
uniões da assembleia geral;
 - 6.^o Os que desacreditarem a associação ou
os seus corpos gerentes accusando factos que
não possam provar.

§ unico - A applicação das penalidades mandadas nos n.ºs 1 e 2 são attribuições da direcção; as penalidades restantes só são applicadas pela assembleia geral.

Capitulo V

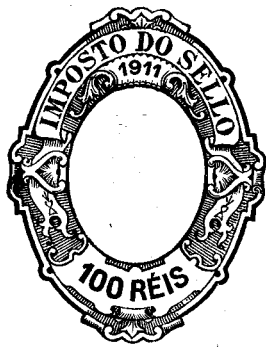
Da Assembleia Geral

Artigo 14.º - A assembleia geral é composta de todos os socios no gozo dos seus direitos civis e que estejam em dia com o pagamento das suas quotas, convocados pelo seu presidente, ou pelo seu legatário substituto.

§ unico - A assembleia geral julga o legalmente constituida quando passada uma hora da indicada nos avisos, estejam presentes 15 socios na primeira convocação; e na segunda deliberaria com qualquer numero.

Artigo 15.º - Das attribuições da assembleia geral.

- 1.º Eleger a mesa, direcção, e conselho fiscal;
- 2.º Nomear ou eleger as comissões ou delegados que forem presirias.
- 3.º Zelar pela observancia destes estatutos regulamento interno, e o fôr andamento da associação.
- 4.º Resolver todas as questões que não



- estejam nas attribuições dos corpos gerentes;
- 6º - Interrogar a direcção ou o Conselho fiscal sobre os seus actos;
- 7º - Conceder ou recusar aos socios as recusas pedidas de qualquer cargo para que tenham sido eleitos ou nomeados;
- 8º - Resolver todos os casos que não estejam previstos n'estes estatutos;

Artigo 16º - Todas as resoluções tomadas em assembleia geral são obrigatorias para os socios, não podendo qualquer d'elle eximir-se do seu completo cumprimento.

Unica - Das deliberações da assembleia geral, se lavrarem no respectivo livro uma acta que depois d'a approvada sera assignada pelos membros da Mesa.

Artigo 17º - A assembleia geral terá reuniões ordinarias e extraordinarias.

§. 1º - As reuniões ordinarias terão lugar: a primeira at. 2.ª do Fevereiro para apresentação do relatório e contas da direcção e parecer do Conselho fiscal e para a eleição da Mesa, a segunda 8 dias depois d'aquella para a discussão e approvação do relatório e parecer, e eleição da direcção e Conselho fiscal.

§ 2º - As reuniões extraordinárias terão lugar:

1º Quando o presidente da Mesa julgar conveniente;

2º Quando a direcção ou conselho fiscal o requeriam;

3º Quando 12 socios, maiores, segundo a lei civil, e no gozo dos seus direitos, as requerirem por escripto, declarando o motivo em conformidade com o n.º 5 do art. 12º d'este estatuto

Artigo 18º - A Mesa da assembleia geral é composta de um presidente, 1.º e 2.º secretários e 1.º e 2.º vice-secretários eleitos annualmente pela assembleia geral;

Artigo 19º - Das attribuições do presidente da Mesa:

1º Dirigir os trabalhos das sessões com a maior imparcialidade;

2º Convocar a assembleia geral;

3º Resolver no fim de cinco dias os requerimentos que lhe forem dirigidos;

4º Publicar todos os livros de associações assignar os termos da abertura e encerramento de sessões;

Summa - Quando o presidente da Mesa decorridos que se fôr 8 dias não convocar a

assembleia geral a direcção os seguintes farão a convocação sendo validas as deliberações que ali se tomarem em conformidade com o artigo 14.º e seus paragraphos.

Artigo 15.º - § da Competencia do secretario:

1.º Redigir, assignar e registar no respectivo livro as actas das sessões da assembleia geral;

2.º Fazer todo o expediente da mesa e levar os termos de posse;

3.º - Os vice-secretarios servirão nas faltas dos effectivos.

Capitulo VI Da Direcção

Artigo 16.º - A Direcção é composta de um presidente, um secretario, um thesoureiro, e dois vogaes e tem dois supplentes que servem nas vagas dos effectivos, sendo chamados pela ordem da votação, ou em equaldade de circumstancias pela idade.

Artigo 17.º - § das attribuições da Direcção:

1.º Admittir os candidatos a socios;

2.º Gerir e arrecadar os fundos da associação conformemente com a lei;

3.º Nomear os empregados que forem precisos, fixar o seu vencimento, e despedir os que não



não cumpriam com os seus deveres;

4º Fazer todas as despesas que julgar necessárias e alugar casa apropriada para todos os serviços da associação;

5º Organizar o regulamento interno para todos os estabelecimentos da associação em harmonia com estes estatutos;

6º Ter a escripturação legalmente organizada e documentada e velar por todos os objectos pertencentes à associação;

7º Suspender os sócios das suas garantias quando estes estejam incursos nos nºs 3, 4, 5 e 6 do art. 13, e participal-o ao presidente da Mesa, no prazo de 8 dias.

8º Cumprir e fazer cumprir estes estatutos, regulamento interno, e todas as deliberações legalmente tomadas em assembleia geral;

9º Perceber duas vezes por mes, ou todas as vezes que julgar conveniente;

10º Mostrar os livros e documentos ao Conselho fiscal, sempre que elle exigir;

11º Apresentar à assembleia geral o relatório e Contas da sua gerencia, o que deve estar concluido até ao dia 30 de Janeiro



de cada anno, para o Conselho fiscal poder
proceder ao seu exame

12º - Finalmente promover e desenvolver a classe
por meio da propaganda oral, o tudo o que
possa desenvolver o bom nome da associação.

Artigo 23º - Ao presidente da Direcção compete convo-
car as reuniões da direcção e dirigil-as,
assignar as actas, os termos de posse, e entrega,
visar as ordens de pagamento e docu-
mentos de despesa, conferir e fiscalizar
toda a escripturação.

Artigo 24º - Ao Secretario compete redigir as actas
das sessões, assignar as ordens de pagamen-
to, guias e todo o expediente e archivar
o escriptuario para que este proceda em
toda a regularidade aos trabalhos de es-
criptura e expediente.

Artigo 25º - Dos deveres do thesoureiro:

1º - Ter em seu poder os fundos da associação
e depositá-los em qualquer casa banca-
ria, logo que d'esta possa dispensar pa-
ra tal fim;

2º - Pagar todas as despesas por meio de ordens
de pagamento assignadas pelo presidente
e secretario, receber toda a receita por meio

de quias em duplicado, das quaes devolva
uma, depois de assignada, ao Secretário;

3º Ter em seu poder uma Carta de
Caiça, assim como uma copia authenti-
ca do inventario da associaçãõ;

4º Procede mensalmente á conferencia
dos livros da associaçãõ confrontando-os com
os documentos corroborativos afins de ve-
rificar se estão certos;

5º Não ter em seu poder quantia su-
perior a 10:000 reis para as despesas de
expediente, devendo o excedente ser depositado.

Artigo 26º - A direcção é solidariamente res-
ponsavel pelos seus actos, e pelos valores per-
tencentes á associaçãõ.

Summa - Cada um dos seus membros é
particularmente responsavel pelas attribui-
ções que lhe estão conferidas n'estes estat-
utos e regulamento.

Capitulo VII

Do Conselho fiscal

Artigo 27º - O Conselho fiscal é composto de 3
membros effectivos e 2 Supplentes escolhidos
effectivos entre si, o presidente, secretario e relator.
Reune ordinariamente uma vez por mes

- extraordinariamente as vezes que for preciso.

Artigo 28º - Pertence ao Conselho fiscal.

1º Examinar mensalmente os Contos da Direcção.

2º Solicitar da Direcção ou da Mesa da Assembleia geral os documentos que lhe forem pedidos para o bom desempenho dos seus cargos.

3º Nomear mensalmente um dos seus membros para assistir às reuniões da Direcção.

4º Apresentar o seu parecer sobre os actos da Direcção na esphera respectiva.

Summa - O Conselho fiscal é solidario com os actos da Direcção quando não declina da sua responsabilidade perante a assembleia geral.

Capitulo VIII

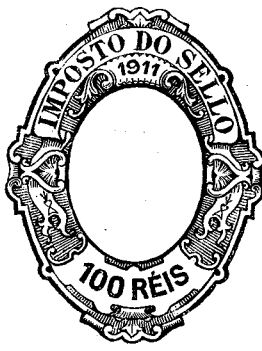
Das Eleições

Artigo 29º - As eleições para os cargos da associação são feitas por escriptorio secreto da forma seguinte.

1º Para a Mesa da Assembleia geral uma lista com cinco nomes, designando o cargo de cada um.

2º Para a Direcção uma lista com sete nomes, designando igualmente o cargo de cada um.

3º Para o Conselho fiscal uma lista com 5 nomes, sendo 3 effectivos, e 2 supplementes sem de-



Designação do Cargo.

Súmula - Se poderes dos eleitos os socios que estejam no gozo dos seus direitos civis e associativos e que sejam cidadãos portugueses.

Artigo 30º - Exercício de todos os cargos é obrigatório por um anno.

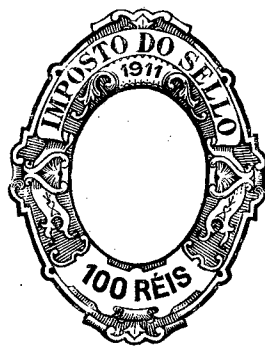
Artigo 31º - A eleição é admissivel em ou sem alteração, quando a assembleia geral assim o entender, e os eleitos queiram aceitar.

Artigo 32º - Para a eleição de cada um dos cargos exigis-se ha no primeiro escrutinio a maioria absoluta, no segundo a bastante e relativa; havendo empate decide-se ha a sorte.

Artigo 33º - Não são elegiveis para os cargos da associação os socios que n'ella sejam empregados.

Artigo 34º - A mesa da assembleia geral que presidir a eleição, officiará aos socios participando-lhe o cargo para que foram eleitos marcando-lhe hora e dia em que devem tomar posse, servindo-lhe os officios de diploma.

Súmula - Não participam sem impedimento no prazo de 3 dias e a posse será dada até 8 dias.



depois da eleição

Capítulo IX

Desporever Geraes

Artigo 35º - A associação é completamente alheia a todos os assuntos políticos ou religiosos.

Sumo - Serão nulas todas as resoluções tomadas em assembleia geral para que esta não tenha sido especialmente convocada.

Artigo 36º - A admissão de uma proposta de reconsideração sobre deliberação anteriormente tomada, só poderá ter lugar em assembleia geral especial, depois de previamente annunciada, estando presentes à abertura da sessão o dobro dos socios que tiverem approvado a resolução em questão. E para admissão e approvação deve ser votado a favor da reconsideração por mais um terço dos socios que votaram a deliberação anterior.

Artigo 37º - Serão socios fundadores todos aquelles que se inscreverem antes da approvação d'estes estatutos pela assembleia geral.

Sumo - Os socios que saírem sem debito poderão ser readmittidos no prazo d'um anno, sem pagamento de estatutos, perdendo contudo o direito de fundadores.

Artigo 38º - A associação festejará anualmente o seu aniversário.

Artigo 39º - Nos casos excepcionaes a directão tomará immediatamente resolução sobre qualquer facto urgente, idando depois entre a assembleia geral na primeira sessão que se realizar.

Artigo 40º - A associação só será dissolvida quando tiver menos de 21 socios, ou que não possa satisfazer os seus encargos, ou ainda quando a maioria dos socios assim o resolver.

Artigo 41º - Quando a associação se já dissolvida e depois de ter satisfeito os seus compromissos, o remanescente será entregue a uma casa de beneficencia e instrucção de creanças orphas á escolha de quem a associação resolver na ultima sessão que se realizar.

Artigo 42º - Estes estatutos só poderão ser reformados quando a experiencia tenha provado as suas faltas precedendo proposta dos socios gerentes ou de 10 socios no caso dos

seus direitos civis e associativos obrigando-se
qualquer dos requerentes a comparecer
na assembleia geral convocada para es-
se fim com admissão dos signatários. Não
comparecendo esse numero fica sem effecto
a reunião, podendo ser feito novo pe-
dição de reforma, três meses depois da
primeira reclamação.

Artigo 43º - Approvados estes estatutos pelo governo
proceder-se-ha immediatamente in-
stauração dos corpos gerentes considerandos
se definitivamente e legalmente consti-
tuida esta associação.

Jose Narciso

Fausto Gomes Mourão

Jefre Antonio

Antonio Barbe

Joaquim José Panaca

Antonio Antunes da Silva

Pedro Martinho Pálho

Manuel José Carujo

Jose Jacquino d'Almeida

Antonio Joaquim Pereira

Antonio José Simões de Carvalho

Camilla d'Almeida



João Augusto Azedo,
Severo dos Santos Guerra,
Antônio Maria Baptista
Manuel Silveira

Francisco José Picaro
e Americo Santama
Francisco Delino Mera
José Lacer

José Maria Carro
Francisco Manuel Montes
João Augusto da Silva
Feliciano da Piedade

Acto do Governo da Republica
17 de fevereiro de 1912.
Júlio Pinto de Sousa

REPUBLICA PORTUGUESA

Faço saber, como Presidente ~~do Governo~~ da Republica Portuguesa, aos que este alvará virem, que sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se uma associação de classe com a denominação de Associação de classe dos Vendedores de Vinho e seus derivados do concelho d'Evora e sede em Evora

Visto o artigo 3.º do decreto de 9 de maio de 1891.

Hei por bem approvar os estatutos da Associação de classe dos Vendedores de Vinho e seus derivados do concelho d'Evora

_____, que constam de noze capitulos e quarenta e tres artigos e baixam com este alvará assinados pelo Ministro do Fomento, com a expressa clausula de que esta approvação será retirada quando a associação se desvie dos fins para que é instituida, não cumpra fielmente os seus estatutos, não preste ao Governo as informações que elle lhe pedir sobre os assuntos da sua especialidade, a que se refere o n.º 6.º do artigo 4.º do citado decreto de 9 de maio de 1891, não desempenhe devidamente as funções que lhe forem incumbidas por leis especiaes, ou, finalmente, quando infinja o mesmo decreto, por cujas disposições sempre e em qualquer hypothese se deverá regular. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento d'este alvará pertencer, a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Não pagou direitos de mercê nem emolumentos por os não dever.

E, por firmara do que dito é, este vae por mim assinado, e sellado ~~com o~~ sello do Dado nos Paços do Governo da Republica, aos doze de Fevereiro de mil noovecentos e doze

(a) Manuel d'Almeida

(a) João Antão de Vasconcellos

(Lugar do sello do
Ministerio do Fomento)

Alvará

Alvará concedendo, pela forma retho declarada, a approvação dos estatutos da asso=
ciação de classe Associação de classe dos Vendedores
de Vinho e seus derivados do município de Lapa

Passou-se por despacho

de dezoito de novembro

de mil noventa e nove

Registrado a Fls. 163 do L.^o 3.^o

Publicado no Diario do Governo n.^o _____ de ____ de _____ de 191__

INSTITUTO DE SEGUROS SOCIAIS
EMEL - MUTUALIDADE LIVRE

REPUBLICA
30 JUN 1921
LIT. T. T. T. A

7

GOVERNADOR CIVIL

MEMORIA

3. P. 200

N.º 136

N.º 2628 P. 200

No assando do ofício que me foi dirigido pela 7ª Direc-
ção de Serviços desse Instituto, com data de 2 de corrente e sob
o N.º 173, tenho a honra de informar V. Ex.ª que Associação de
Classe dos Vendedores de Vinho e derivados, desta cidade,
deixou de existir há dois anos pouco mais ou menos.

Saude e Fraternidade

Evora, 28 de Junho de 1921

Exm.º Sr. Administrador Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatorios
e de Previdencia, Geral - Ministerio do Trabalho -

O Governador Civil,

António Augusto



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Secção da Organização Corporativa

Arquivo

20 AGO. 1939

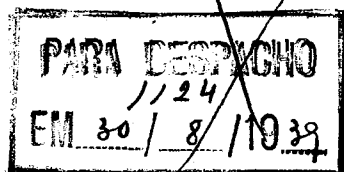
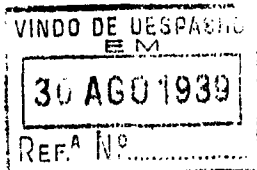
N.º

Assunto:

P A R E C E R

Tendo deixado de existir a "ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS VEN-
DIDOS DE VINHOS" e seus derivados do Concelho de Évora, se-
gundo officio nº. 136 de 28/6/31 do Governador Civil do mesmo
distrito, informação esta que consta do respectivo verbete,
sou de parecer que o processo pode ser arquivado definitiva-
mente.

V. Ex.ª., porém, em seu elevado critério, resolverá.



SECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 1939/
ANO XIV DA R.N.

PELO CHEFE DA SECÇÃO

Frederico de Almeida

Frederico de Almeida